

ENTREVISTA — PEDRO MAIA
presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público

União e inteligência para enfrentar o crime organizado

Ana Maria Campos

Eleito por aclamação para presidir o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPQ), o procurador-geral de Justiça da Bahia, Pedro Maia, assumiu o cargo em dezembro para um mandato de um ano à frente da entidade que reúne e representa os chefes dos Ministérios Públicos de todo o país. Em entrevista ao Direito&Justiça, Maia afirma que sua gestão terá três prioridades: combate ao crime organizado, desenvolvimento humano e social e sustentabilidade. O trabalho do CNPG é ajudar os MPs a se integrarem e focarem em colaboração para uma atuação conjunta diante dos problemas complexos do país.

Natural de Salvador, Pedro Maia, 45 anos, está há 21 anos na carreira no MP baiano. Ingressou no MP em 2004 e integrou a lista tríplice para procurador-geral de Justiça como o mais votado nas últimas cinco eleições. Em Salvador, Maia coordenou o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária (Gaef) e o Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim). Também atuou no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), no Núcleo de Prisão em Flagra e foi secretário-executivo do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). Atualmente, é titular da Promotoria de Tóxicos de Salvador.

Divulgação



Quais são as prioridades da sua gestão à frente do CNPG?

A minha gestão à frente do CNPG está estruturada em três eixos estratégicos complementares: segurança pública, desenvolvimento humano e sustentabilidade. Na segurança pública, a prioridade é fortalecer o enfrentamento qualificado ao crime organizado, com integração efetiva entre os Ministérios Públicos, compartilhamento de inteligência, atuação coordenada e foco na desarticulação das facções e milícias, inclusive, por meio da asfixia financeira e da responsabilização de lideranças. Isso inclui também a proteção da vítima e a retomada de territórios e espaços públicos dominados pela criminalidade. O eixo do desenvolvimento humano reconhece que segurança duradoura exige redução de desigualdades, fortalecimento de políticas públicas e defesa dos direitos fundamentais. O Ministério Público tem papel central na indução de soluções estruturais nas áreas de infância e juventude, educação, saúde, igualdade racial e de gênero, sempre re-colocando a vítima no centro do sistema de justiça, não apenas como destinatária da resposta penal, mas como sujeito de direitos. Já a sustentabilidade envolve a proteção do meio ambiente, o enfrentamento aos crimes ambientais e a defesa de um modelo de desenvolvimento que respeite limites ecológicos e sociais. O

CNPG pode liderar uma atuação nacional mais integrada nessa agenda, com impactos diretos na qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Esses três eixos se conectam por uma premissa clara: não há segurança sem desenvolvimento humano, nem desenvolvimento possível sem sustentabilidade.

Como o senhor avalia o momento atual do sistema de Justiça brasileiro?

Vivemos um momento de alta demanda social por respostas concretas, especialmente na área da segurança pública. O sistema de Justiça é chamado a atuar com firmeza, eficiência e celeridade, sem renunciar à legalidade, às garantias constitucionais e à proteção da vítima. Ao mesmo tempo, enfrentamos desafios relevantes, como a complexidade dos processos estruturais, a litigiosidade excessiva e a necessidade de modernização tecnológica. Esse contexto reforça a importância de uma justiça multiportas, capaz de combinar respostas penais, soluções consensuais e mecanismos adequados de resolução de conflitos. O Ministério Público tem papel central nesse modelo, atuando tanto na persecução penal qualificada quanto na indução de acordos e soluções estruturais, com foco em resultados efetivos, socialmente referenciados e sustentáveis.

Há espaço para aprimorar a atuação coordenada entre MP, Judiciário, Defensoria Pública e advocacia?

Há espaço e há necessidade. A coordenação interinstitucional não compromete a independência funcional; ao contrário, qualifica a resposta do sistema de justiça. Em temas como violência doméstica, infância e juventude, execução penal e crime organizado, a atuação articulada melhora a proteção da vítima, reduz retrabalho e aumenta a confiança da sociedade. A advocacia, a Defensoria e a magistratura são partes essenciais desse arranjo: um sistema de Justiça forte se constrói com diálogo institucional, respeito aos papéis constitucionais de cada um e cooperação estratégica.

O MP tem atuado de forma eficiente no enfrentamento ao crime organizado?

O Ministério Público tem avançado de forma consistente e obtido resultados expressivos no enfrentamento ao crime

organizado, especialmente por meio de grupos especializados, atuação integrada e cooperação permanente com as forças de segurança. Os Gaecos se consolidaram como estruturas estratégicas, capazes de conduzir investigações complexas, deflagrar operações integradas, responsabilizar lideranças e promover a asfixia financeira das organizações criminosas. Esse trabalho é potencializado pela articulação nacional promovida pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), vinculado ao CNPG, que permite a integração de estratégias, o compartilhamento de inteligência e a coordenação de ações entre os Ministérios Públicos em todo o país. Ainda assim, o crime organizado é dinâmico, sofisticado e frequentemente transnacional. Por isso, eficiência não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de aprimoramento, que exige investimento permanente em inteligência, tecnologia, integração de dados, rastreamento patrimonial, proteção de vítimas e testemunhas e articulação com políticas de segurança pública e com o sistema prisional.